

O Planalto e o Senado

20 OUT 1990

Haroldo Hollanda

JORNAL DE BRASÍLIA

Três nomes estão nas cogitações do Governo para presidir o Senado a partir do início do próximo ano: os senadores Marco Maciel, Guilherme Palmeira, ambos do PFL, e Affonso Camargo Neto, do PTB. Segundo se comenta entre parlamentares do PFL, é importante que o Presidente da República tenha políticos de sua confiança pessoal nas presidências da Câmara e do Senado. Para viabilizar tal idéia pretende-se constituir um bloco, formado por vários partidos. Com essa decisão, seria posta de lado uma velha tradição, segundo a qual as mesas diretoras da Câmara e do Senado são eleitas acatando-se o princípio da representação proporcional dos partidos. Um outro nome em exame para a presidência do Senado seria o do senador paulista Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Mas suas chances são consideradas reduzidas, tendo em vista que seu partido jamais admitiria participar de um bloco governista, a não ser esfacelado por uma crise interna. O também senador "tucano" Mário Covas recusaria se incorporar a um bloco inspirado politicamente pelo Palácio do Planalto. Além do mais, Covas sustenta o ponto de vista de que a Mesa do Senado deve ser formada obedecendo à tradição. Opinião idêntica à de Covas tem outro senador do PSDB, o piauiense Chagas Rodrigues.

O bloco interpartidário, segundo seus estrategistas, seria constituído por PFL, PDC, PDS, PTB e PRN. Com a exclusão do PMDB dos entendimentos, os partidos em questão, ainda assim, não deterão em suas mãos a maioria de que precisam. A solução concebida seria a de fazer com que o Presidente da República, aliado aos governadores eleitos de vários Estados, estimule seis senadores do PMDB a deixarem a legenda, entrando numa das siglas partidárias dispostas a formar o bloco governista. Acredita-se que o ex-presidente Sarney seria um desses senadores propensos a renunciar à legenda do PMDB. Alega-se que tanto da parte do presidente Collor como de Sarney há a

disposição de manter uma convivência política pacífica.

Na Câmara, há o reconhecimento de que a solução do bloco interpartidário é mais complexa do que no Senado. Isso porque os líderes dos partidos que se integrassem no bloco seriam obrigados a renunciar às suas funções. Se, no entanto, o Governo conquistar a presidência do Senado terá assinalado grande feito político, já que o presidente do Senado preside também o Congresso, onde matérias de grande significação política para o Governo, como as medidas provisórias, são ali examinadas.

Partido do Governo

Assegura-se que o presidente Fernando Collor de Mello ainda não tem opinião formada sobre a proposta da constituição de um partido do Governo, assunto que continua em exame no Planalto. O senador Marco Maciel, do PFL, condena essa idéia. Lembra ele que no governo Sarney iniciativa semelhante foi proposta e posta de lado. A sua alegação principal é a de que jamais teremos, dessa maneira, partidos sólidos e estáveis no Brasil. Maciel considera normal e desejável que o Governo tente formar uma maioria estável no Congresso, para dar condições de governabilidade ao País. Mas esse bloco seria gerado pelos partidos identificados com a política do presidente Collor. Ele acha também que o quadro partidário brasileiro, dada a excessiva liberalização da legislação vigente, chegou a um ponto intolerável. Por isso, prega a necessidade de enxugamento do número de partidos, através de uma legislação mais rígida, que somente propicie a sobrevivência das legendas que tenham representatividade política.

Golpe

O senador pernambucano Mansueto de Lavour, do PMDB, classifica de golpe a tentativa de formar as mesas da Câmara e do Senado através de blocos, ignorando o critério da representação proporcional dos partidos.